



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**PREVALÊNCIA DE ABUSO SEXUAL DE
CRIANÇAS NUMA AMOSTRA
PORTUGUESA**

Vânia Andreia Moreira Martins

Orientador de Dissertação:

Professor Doutor José Ornelas

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA
Especialidade em Clínica

2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor José Pinheiro Ornelas, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, um especial agradecimento a todos os participantes deste estudo, e pela sua coragem em partilhar, ainda que por papel, alguns dos momentos mais dolorosos das suas vidas, com o intuito não só de ajudar nesta investigação como de contribuir para a proteção de outras crianças vítimas deste problema, chamado abuso sexual de crianças.

Agradeço também às instituições que aceitaram receber-me nas suas instalações, o que demonstra não só a sua boa vontade, como também o movimento de abertura e vontade de conhecer e ajudar neste tema, no qual a comunidade se começa a inserir.

Ao meu orientador do ISPA, o Professor Doutor José Ornelas, agradeço a dedicação e empenho em ajudar-me com esta investigação, tal como pelas suas constantes partilhas de experiência que em muito enriquecem quem ouve.

Faço também um agradecimento especial à Professora Doutora Susana Maria e Professora Doutora Maria João Vargas Moniz, que contribuíram de uma forma inegável para a realização deste trabalho, pela sua disponibilidade constante em ajudar e pela sua simpatia.

Agradeço aos meus colegas de grupo de investigação, Paulo Domingos, Marta Moleiro e Marisa Mateus. O trabalho de equipa que protagonizámos, tornou possível este desfecho.

Deixo um agradecimento especial às minhas amigas, que constantemente me apoiaram e motivaram, e sem dúvida, reconheceram a importância deste trabalho para a minha realização profissional, Tânia Leonardo, Cátia Amaral, Marisa Mateus, Carla Correia, Patrícia Antunes e Sara Viveiros.

Por último, mas de modo algum menos importante, um agradecimento profundo aos meus pais, que com amor e confiança, tornaram possível a concretização deste sonho.

ÍNDICE

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
• Estudos de Prevalência de Abuso Sexual de Crianças	3
• Divergência de resultados nos estudos de Prevalência de Abuso Sexual de Crianças	11
• Prevenção de Abuso Sexual de Crianças	12
Objeto de Estudo	16
Metodologia	17
• Participantes	17
• Design	17
• Procedimento	17
• Instrumento	18
Validação da Escala	19
Análise e Discussão de Resultados	22
Conclusão	28
Referências Bibliográficas	29
Anexos	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estudos de prevalência de abuso sexual.	4
Tabela 2: Comparação dos valores de prevalência de abuso sexual de crianças.	23
Tabela 3: Percentagem de respostas por questão.	25
Tabela 4: Relação com o agressor.	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo AFC da MBI-SS corrigido de acordo com os índices de 21
modificação por covariância.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Carta de Consentimento Informado.	34
Anexo 2: Questionário Demográfico.	35
Anexo 3: Questionário de Experiências Sexuais Infantis – Tradução <i>Childhood Sexual Experiences Questionnaire</i> , Altman (2005).	36
Anexo 4: Tabelas de resultados pré-teste.	38
Anexo 5: Modelo AFC da MBI-SS da escala General Childhood Sexual Experiences.	39
Anexo 6: Tabelas dos principais índices do Modelo inicial.	40
Anexo 7: Tabela de índices de modificação por covariâncias do modelo original.	41
Anexo 8: AFC da MBI-SS depois da eliminação dos itens 12 e 13.	42
Anexo 9: Tabelas dos principais índices do Modelo ajustado (sem os itens 12 e 13).	43
Anexo 10: Tabela de índices de modificação por covariâncias do modelo ajustado (sem os itens 12 e 13).	44
Anexo 11: Tabelas dos principais índices do Modelo ajustado (sem os itens 10, 12 e 13).	45

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo estimar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra de 200 portugueses, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, residentes no distrito de Setúbal. A amostra é não probabilística, por conveniência e efeito bola de neve. Foi utilizado para este fim um questionário demográfico e um questionário de auto-preenchimento *General Childhood Sexual Experiences*, traduzido e avaliado por especialistas na área.

Os resultados obtidos apontam uma taxa de prevalência de 15,5% de abuso sexual de crianças entre os indivíduos da amostra, sendo a percentagem superior para os membros do sexo feminino (17,4%) do que para o sexo masculino (9,8%). A idade média de início do abuso sexual observada neste estudo é de 8,4 anos e de fim de abuso de 10,6 anos. A maior parte dos abusos foram perpetrados por elementos do núcleo de pessoa conhecidas das crianças.

Os resultados obtidos reafirmam a importância do trabalho de prevenção do abuso sexual de crianças em Portugal.

Palavras-chave: *Prevalência; Abuso Sexual de Crianças; Portugal; Prevenção.*

ABSTRACT

This study aims to estimate the prevalence of child sexual abuse in a sample of 200 Portuguese, aged between 18 and 30 years, residents in the district of Setúbal. The sample is not probabilistic, convenience and snowball effect. Was used for this purpose a demographic questionnaire and a self-fulfilling *General Childhood Sexual Experiences*, translated and evaluated by experts.

Results indicate a prevalence rate of 15.5% of child sexual abuse among individuals in the sample, the percentage being higher for female members (17.4%) than for males (9.8 %). The average age of onset of sexual abuse in this study is 8.4 years and end abuse of 10.6 years. Most abuse have been perpetuated by core elements person known to children.

The results reaffirm the importance of the work of preventing sexual abuse of children in Portugal.

Key words: *Prevalence, Child Sexual Abuse; Portugal; Prevention.*

INTRODUÇÃO

O abuso sexual de crianças é hoje em dia um tema de grande enfoque internacional e também nacional, quer nas mais diversas áreas de estudo como sociologia, criminologia e psicologia, entre outras. Os estudos têm-se multiplicado, os resultados discutidos e a reflexão sobre a importância de atuar na prevenção deste crime torna-se cada vez mais urgente.

Este é um trabalho que se junta às investigações já realizadas, e que pretende estimar a prevalência de abuso sexual de crianças, numa amostra portuguesa.

Assim, a apresentação deste trabalho, no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica, escrito e elaborado de acordo com as normas da American Psychological Association (APA), divide-se em várias partes.

Numa primeira parte, denominada Enquadramento Teórico, é abordada a literatura e investigação empírica realizada no âmbito do abuso sexual de crianças, o mais focado possível na sua prevalência. A prevenção dos abusos sexuais, é também um tema aqui retratado, uma vez que todo o trabalho desenvolvido nesta área deverá ter como objetivos finais a prevenção e a radicação desta problemática.

Seguidamente, sucede a Metodologia deste trabalho, onde será possível compreender como este estudo foi realizado, com que participantes, design e que instrumento serviu como coletor da informação necessária.

Numa próxima etapa, encontra-se a Análise e Discussão dos Resultados. Nesta parte do trabalho, pretendem-se apresentar os principais resultados obtidos, e discuti-los, tendo como referência a conceptualização e exposição literária feita anteriormente no enquadramento teórico.

Segue-se a Conclusão deste trabalho, que se baseia em termos gerais, em reflexões que o autor realiza tendo em conta os conhecimentos que adquiriu ao longo da construção do mesmo, que são articulados com os principais resultados obtidos. Nesta secção, refletiu-se não só sobre o que foi feito como também sobre o que se poderá ainda fazer nesta área, tendo como ponto de vista a prevenção dos abusos sexuais de crianças como meta a atingir.

Por fim, as Referências Bibliográficas e os Anexos, que facultam dados importantes, nomeadamente os trabalhos lidos e utilizados para esta investigação, e alguma informação complementar.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Eu defino que o abuso sexual de crianças inclui todo um espectro de crimes e infrações sexuais a crianças até aos 17 anos. Esta definição inclui tanto indivíduos conhecidos como estranhos às crianças; tanto adultos como, tal como eles, crianças e jovens. Inclui certos tipos de atos de não-contacto físico, tal como exibicionismo e uso de crianças para a produção de pornografia, e tipos de infração de crime sexual como o toque/carícia sexual e atos de penetração.”

Finkelhor, D. (2009)

Os primeiros dados sobre abuso sexual de crianças surgiram em meados dos anos cinquenta, nos quais cerca de 28% das mulheres relataram abusos sexuais durante a infância (Maria, 2006). Contudo, apenas na década de setenta, através de profissionais que trabalhavam na área infantil, o abuso sexual de crianças foi considerado uma preocupação para a saúde mental (op. cit.).

Como é referido pela citação de Finkelhor (2009) e por Conte (1984), o abuso sexual de crianças deverá ser encarado de forma mais abrangente possível, não só na sua definição, como também ao nível do impacto que exerce sobre a criança, constituindo um problema de saúde, nomeadamente mental, como também um grave problema social, o que justifica uma intervenção ao nível dos mais diversos grupos profissionais, como saúde, direito, educação e serviços sociais.

Vários autores (Laaksonen, Johansson, Jern, Varjonen, Pahlen, Sandnabba, & Santtila, 2011; Finkelhor, 2009) refletem sobre a importância de estudar a extensão do problema, de modo a produzir mudanças eficazes na sociedade que alterem os dados obtidos pelos mais variados estudos que apontam que, 3,2% de crianças entre os 2-17 anos, foram sexualmente abusadas no ano de 2002 nos EUA. Finkelhor (2009) acrescenta ainda que 78 mil casos de abuso sexual infantil foram denunciados às autoridades, em 2006, em território norte-americano.

Os especialistas têm-se debatido sobre o impacto do abuso sexual de crianças, e vários estudos têm-se focado na experiência relatada por vítimas que verbalizaram a experiência de sofrimento por que passaram e de como essa vivência afetou as suas vidas de uma forma, em alguns casos, dramática (Elliot, 2004). Além dos efeitos prováveis e conhecidos a curto-prazo,

há toda uma experiência de sofrimento psicológico significativo que muitas vezes permanece ao longo da vida, com a presença de sentimentos de culpa, raiva e vergonha, como é referido pelos estudos de Wurtele, Moreno e Kenny (2008), ou de Anderson, Back e Griffith (1981; cit. in Browne & Finkelhor, 1986). A vergonha constitui aliás um fator importante a ter em consideração para a recuperação da criança abusada, uma vez que segundo estudos de Fontes (2007), o grau e o estilo de atribuição de vergonha parece ser mais importante e ter maior peso na recuperação do que a gravidade do abuso. Por outro lado, a capacidade de voltar a confiar no Outro, surge como um *handicap* frequentemente reconhecido pelas vítimas de abuso sexual de crianças (Elliot, 2004).

Assim, tendo em conta os números de prevalência de abuso sexual de crianças obtidos em alguns estudos, e conhecendo o impacto profundo que o abuso sexual provoca numa criança, manifestando-se mesmo na idade adulta, torna-se da máxima importância estudar o tema aprofundadamente, conhecer a sua dimensão nas mais variadas sociedades, de modo a mobilizar a comunidade a agir em defesa das suas crianças.

Estudos de Prevalência de Abuso Sexual de Crianças

Ao longo dos últimos anos, o estudo sobre a prevalência do abuso sexual de crianças tem sido o objetivo de vários estudos. Desde os EUA, Inglaterra, Suíça, até países como Israel, vários investigadores têm realizado trabalhos que pretendam esclarecer a dimensão do abuso sexual de crianças nessas mesmas sociedades. Na Tabela 1, na página seguinte, será possível ter uma noção sintetizada dos valores de prevalência encontrados pelos estudos que serão seguidamente expostos.

Russell (1983) terá apurado uma percentagem de 38% de raparigas que foram abusadas sexualmente, com contacto físico, antes da idade dos 18 anos. A autora observou que 16% das participantes terão sofrido, pelo menos um episódio de abuso sexual por um membro da família, antes dos 18 anos, sendo que 12% destas mulheres foram abusadas antes dos 14 anos por um familiar.

Tabela 1: Estudos de prevalência de abuso sexual.

Autor	Ano	País	Amostra	Resultados
Russell	1983	EUA	930	- 38% no feminino; - 16% agressores familiares; - 31% de agressores não-familiares.
Huston, Parra, Prihoda & Foulds	1995	EUA	1885	- 86% no feminino; - 14% no masculino; - 77% dos agressores eram conhecidos.
Finkelhor, Hotaling, Lewis & Smithe	1990	EUA	2626	- 27% no feminino; - 16% no masculino;
Goldman & Goldman	1988	Austrália	1000	- 28% no feminino; - 9% no masculino; - Idade média do abuso: 9,8 anos para as raparigas, e 10,3 anos para os rapazes.
Goldman & Padayachi	1997	Austrália	427	- 45% no feminino; - 19% no masculino; - Idade de início do abuso: 9 anos para rapazes e 9,9 anos para raparigas.
Fanslow, Robinson, Crengl & Perese	2007	Nova Zelândia	2855	- 573 mulheres vítimas de abuso sexual; - Idade média do abuso: 9 anos.
Hébert, Tourigny, Cyr, McDuff & Joly	2009	Canadá	804	- 22,1% de abuso sexual no feminino; - 9,7% de abuso sexual no masculino; - 34,2% dos homens e 15,7% das mulheres nunca revelaram o abuso.

Russel (1983) observou igualmente que 40% dos casos de abuso sexual de crianças ocorridos por membros da família, foram cometidos dentro da família nuclear. Relativamente às participantes que foram alvo de, pelo menos um episódio de abuso sexual por parte de não-familiares, antes dos 18 anos, elas constituem 31% da amostra total. Vinte por cento das mulheres abusadas sexualmente por um não-familiar, foram-no antes dos 14 anos.

Relativamente aos abusadores intra-familiares das crianças, 4,5 mulheres relataram terem sido abusadas sexualmente pelos seus pais antes dos 18 anos, e 4,9% identificaram

como agressor o tio. Quanto aos agressores não pertencentes à família, apenas 15% dos mesmos eram estranhos às crianças, e 41% eram seus conhecidos (amigos, amigos da família, namorados, etc).

Conforme é possível observar na Tabela 1, o estudo de Huston, Parra, Prihoda & Foulds (1995) destaca-se pela prevalência extremamente elevada de 86% de abuso sexual em crianças do sexo feminino e de 14% de abuso sexual em crianças do sexo masculino, numa amostra de 1885 casos.

O tipo de abuso mais identificado foi o de penetração (vaginal, anal e/ou oral) com uma percentagem de 48%, seguido de carícias da criança e/ou autor (19%). Das crianças do sexo feminino, 42% relataram penetração vaginal e 9% retal, sendo que no caso dos meninos a penetração retal foi identificado por 44% dos rapazes abusados. Dentro do grupo de crianças alvo de penetração, os autores observaram que as mesmas eram significativamente mais velhas do que os casos de não-penetração (média de 10,8 anos e 6,2 anos respectivamente). Em 77% dos casos identificados de abuso, o autor era conhecido da criança, sendo que apenas 11% seriam estranhos. Este estudo revelou ainda que o abuso sexual por parte de estranhos envolvia com maior frequência mais do que um agressor (22%). Das crianças abusadas, 9% sofreram episódios de violência sexual por parte de mais do que um autor.

Relativamente ao autor do abuso, também Conte e Berliner (cit. in Conte, 1984) em seus estudos observaram que apenas cerca de 8% a 10% dos casos foram cometidos por estranhos, tendo 47% sido membros da família e 40% conhecidos das crianças.

Os estudos continuam a falar por si, e Finkelhor, um dos peritos na área, juntamente com os colegas Peters, Wyatt (1986, cit. in Conte, 1994) reportaram uma prevalência de abuso sexual de crianças entre 6% e 62% para mulheres e de 3% a 31% para homens.

Num outro estudo, Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990), com uma mostra de 2626 participantes, obtiveram uma prevalência de 27% de abuso sexual para mulheres e 16% para homens. A idade média de abuso foi de 9,9 para os meninos e de 9,6 para as meninas, sendo que os rapazes foram mais vezes abusados por estranhos do que as raparigas (40% vs 21%), enquanto que estas eram mais frequentemente abusadas por familiares (29% vs 11%). Das participantes abusadas, 6% tiveram como autor do abuso o pai ou o padrasto. A maior parte dos abusadores teria, em média, cerca de mais 10 anos do que a vítima, embora se tivesse verificado que os rapazes eram mais propensos a ser alvo de abuso por parte de agressores mais jovens, muitas vezes, adolescentes mais velhos.

Também Goldman e Goldman (1988) dirigiram um estudo na Austrália, o primeiro neste país, sobre prevalência de abuso sexual de crianças, recorrendo a um total de 1000

participantes.

Os resultados deste estudo sugerem que 82% dos participantes tiveram contactos sexuais antes da idade dos 13 anos, com outras pessoas, contudo há que saber discriminar que pessoas estariam então envolvidas. Neste estudo, foi possível fazer uma diferenciação entre os episódios ocorridos com outras crianças, com adultos e com familiares.

Assim, sabe-se que cerca de 60% dos jovens (64% rapazes e 58% raparigas) viveram episódios de carácter sexual com outras crianças, nomeadamente beijos e abraços, exibição, toque e carícias dos órgãos sexuais, maioritariamente com elementos do sexo oposto (80% para rapazes e 62% para raparigas). A idade de maior frequência destes contactos situa-se num intervalo de idades entre os 6 e os 9 anos, seguido de um intervalo entre os 10 e os 12 anos. Os autores (Goldman & Goldman, 1988) sugeriram que os dados acima descritos refletiriam uma curiosidade sexual natural por parte das crianças, e que é mais frequente entre os 6 e 9 anos, e que pode levar a uma exploração real do seu corpo ou dos outros, nomeadamente em díades heterossexuais, principalmente através de jogos e brincadeiras.

Após esta ressalva, apurou-se que a prevalência de abuso sexual de crianças seria de cerca de 28% para as raparigas e de 9% os rapazes. Os resultados apontam para que uma em cada três ou quatro raparigas tenham vivido situações como convites para “fazer algo de carácter sexual”, “exibicionismo e carícias”, tal como “relações sexuais, incluindo tentativas falhadas”. Relativamente aos participantes de sexo masculino, um em cada dez ou onze rapazes terão sofrido abuso sexual em crianças. O tipo de abuso mais frequente foi o “o toque genital”, pelo abusador ou pela criança, envolvendo frequentemente a masturbação.

De referir ainda que 58% dos abusos sexuais ocorridos com os participantes de sexo feminino, e 14% para o masculino, implicaram a ameaça ou uso de força.

A idade média em que ocorreram os abusos sexuais ronda os 9,8 anos no caso das raparigas, e 10,3 anos para os rapazes. Por sua vez, a idade média dos abusadores é de 30.5 anos, no caso das raparigas, e de 22,4 anos, no caso dos rapazes.

De referir também que 90% dos abusadores de meninas são do sexo masculino, sendo que apenas 5% das raparigas tiveram contactos homossexuais. Os resultados parecem demonstrar uma maior tendência das crianças do sexo feminino serem alvo de abuso heterossexual e as de sexo masculino de abuso heterossexual e homossexual.

Também de ressaltar que apenas 24% dos agressores eram estranhos, o que equivale a uma percentagem de 76% serem conhecidos das crianças envolvidas.

Os resultados do estudo de Goldman e Goldman (1988), sugerem que os familiares abusadores mais frequentes foram os primos e irmãos, para os dois géneros.

Mais tarde, foi conduzido um novo estudo na Austrália, desta vez no estado de Queensland, por Goldman & Padayachi (1997), e que também pretendia conhecer a natureza e a prevalência de abuso sexual de crianças até os 17 anos, numa amostra de 427 estudantes.

Os resultados apontam uma prevalência de abuso sexual de crianças significativamente superior ao anterior estudo, com valores de 45% para as raparigas e 19% para os rapazes.

Os autores (Goldman & Padayachi, 1997) adiantam que as taxas de prevalência relatados na literatura situam-se entre 4% e 31% para os homens e 7% e 62% para as mulheres, o que significa que os resultados deste estudo estarão dentro deste intervalo.

Outro dado importante retirado deste estudo de Goldman e Padayachi (1997) é relativo à idade do primeiro contacto de abuso sexual. Segundo o apurado, a idade média do início do abuso sexual para os rapazes é de 9 anos e para as raparigas de 9,9 anos, não havendo uma diferença significativa entre género no que toca a este aspeto.

Este estudo revelou também que das vítimas de abuso sexual de crianças, 80% foram abusadas antes de atingirem os 13 anos de idade. Estes dados alertam para um intervalo de idade em que há uma maior probabilidade de abuso sexual, e que se situa entre os 7 e os 12 anos, o que é consistente com outros estudos, nomeadamente Goldman e Goldman (1988), Finkelhor (1979, cit. in Goldman & Padayachi, 1997), e Fromuth (1986, Goldman & Padayachi, 1997). Os autores apontam como possível causa para estes valores, a fase de desenvolvimento das crianças nesta idade caracterizar-se por uma maior suscetibilidade à autoridade dos adultos, tal como a falta de conhecimento e comportamentos de proteção.

Quanto ao tipo de contacto de abuso sexual, 5% dos participantes viveram abuso sexual sem contacto físico, e 58% dos rapazes e 52% das raparigas foram alvo de exposição e exibição de órgãos sexuais, o que segundo os autores, contraria a crença de que apenas as mulheres seriam alvo deste tipo de violência por parte de homens mais velhos. Para este tipo de contacto os agressores eram predominantemente do sexo masculino (94%) e a maioria deles tinham menos de 40 anos (75%).

Trinta por cento das participantes do sexo feminino identificaram foram abusadas ao nível de carícias nos seios e/ou genitais. O ato de ser a criança a acariciar os órgãos genitais do agressor foi mais frequente no sexo masculino (11%).

Um contacto abusivo que incluisse penetração e/ou tentativas, ocorreu a 13,2% das raparigas, com penetração vaginal por meio de um objeto e/ou dedos, e 3,8% de penetração com pénis. A percentagem de penetração anal é de 2,1% para os participantes do sexo masculino e de 0,7% para o sexo feminino, o que realça a maior suscetibilidade dos elementos

dos rapazes serem alvo deste tipo de abuso. A taxa global de contactos abusivos de penetração vaginal e/ou anal e tentativas, com pénis ou outros objetos é então de 45,6% para as raparigas e de 12,8% para os rapazes.

Apurou-se também que 35% dos rapazes e 26% das raparigas vivenciaram um único tipo de contacto sexual abusivo, enquanto 12% do membros do sexo masculino e 21% dos do sexo feminino variaram entre dois tipos de contactos sexuais. Quatro por cento das raparigas relataram ter sido alvo de 10 ou mais tipos diferentes de abuso sexual. De um modo geral, a maioria das vítimas foram alvo entre 1 e 3 tipos diferentes de contacto de abuso sexual (73% para rapazes e 61% para raparigas). De referir ainda que os dados sugerem também que o abuso incestuoso aconteceu com 9% dos rapazes e 19% das raparigas.

Os estudos de prevalência continuam a repetir-se um pouco por todo o mundo. Fanslow, Robinson, Crengl e Perese (2007) estudaram a prevalência do abuso sexual de crianças, até aos 15 anos, numa amostra de 2855 mulheres de Auckland e NorthWaikato, na Nova Zelândia.

Quanto aos resultados, a prevalência de abuso sexual de crianças é de 23% para as mulheres que vivem em Auckland e 28,2% para as que vivem em NorthWaikato. As taxas de prevalência foram estatisticamente superiores nas regiões rurais do que urbanas. No total, 573 mulheres relataram terem sido alvo de abuso sexual quando eram crianças. A idade média de abuso é de 9 anos, e os agressores teriam em média, mais 21 anos que as suas vítimas.

Este estudo teve como variável de estudo a etnia e as principais conclusões retiradas foram que a etnia Māori tem uma maior prevalência de abuso sexual de crianças (30,5% em Auckland e 35, 1% em North Waikato).

Cerca de 83% das crianças foram abusadas por um único agressor e 86% desses agressores do sexo masculino seriam membros da família da criança.

Fanslow, Robinson, Crengl e Perese (2007) também estudaram a associação entre abuso sexual de crianças e a primeira experiência sexual antes dos 15 anos, e o que os resultados indicaram é que as participantes que viveram abuso sexual, tinham maior probabilidade de ter a primeira relação sexual antes dos 15 anos, em comparação com as participantes que não tinham sofrido abuso sexual (24,8% contra 5,6%). Por outro lado, os dados apontam uma maior prevalência de mulheres abusadas sexualmente em crianças, terem vivido uma primeira experiência sexual forçada (16,6%), o que contrasta com as participantes que não viveram abuso sexual antes dos 15 anos (2,0%). Os autores são contudo cautelosos e chamam a atenção para a possibilidade de algumas participantes terem considerado a primeira experiência sexual antes dos 15 anos, aquela em que viveram o abuso sexual.

Também no Quebec, Canadá, os investigadores Hébert, Tourigny, Cyr, McDuff e Joly (2009) estudaram a prevalência de abuso sexual de crianças, usando para isso um total de participantes de 804 pessoas. Para este estudo foram usados dois indicadores de abuso sexual de crianças: o toque sexual indesejado e a relação sexual indesejada, antes da idade dos 18 anos.

Os resultados deste estudo apontam para que 21,4% das mulheres e 9,5% dos homens tenham experienciado contactos sexuais indesejados (toque), por um adulto ou por uma outra criança 3 anos mais velha. Também 5,2% das mulheres e 2,3% dos homens identificaram situações de violação. Assim, a prevalência global de abuso sexual de crianças encontrada neste estudo é de 22,1%, para as mulheres, e 9,7%, para os homens.

Hébert, Tourigny, Cyr, McDuff e Joly (2009) observaram também que uma em cada cinco vítimas não tinham, até à altura, revelado o abuso, sendo que os resultados são superiores para os homens (34,2%) do que para as mulheres (15,7%). Atendendo a quem relatou, 21,2% contou a alguém dentro de um mês, e 48,8% apenas contou 5 anos ou mais, após o início do abuso.

Relativamente à idade do início do abuso sexual, para os contactos sexuais indesejados (toque), os resultados demonstram que, para as mulheres, 40,2% começaram entre os 12-18 anos. Para 63,9% dos homens, a idade de maior prevalência do primeiro episódio de abuso foi entre os 6-11 anos. No caso de violação, 71,4% das mulheres e 66,7% dos homens, tiveram o seu primeiro episódio entre os 12-18 anos.

Quanto ao tipo de agressor, os resultados apontam na situação de contactos sexuais indesejados (toque), para ambos os sexos (32,9% mulheres e 45,9% homens) o agressor era conhecido. Também para a situação de violação, para 50% das mulheres identificaram-no como conhecido. No caso dos homens a percentagem revelou-se igual para a categoria de pessoa conhecida e membro da família próxima, com percentagem de 44,4%.

Como foi possível verificar até aqui, realizaram-se inúmeras investigações em diferentes países, muitos mais do que os expostos nesta tese de dissertação. Recorrendo à análise da Tabela 1, não deixa de ser curioso observar as diferenças de valores encontradas pelos diferentes estudos. Na Austrália por exemplo temos dois estudos, com valores significativamente diferentes, e qualquer um deles varia em termos de prevalência quando comparado com de outros países.

A necessidade de se compreender os números globais de prevalência de abuso sexual de crianças motivou a meta-análise de Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser e Bakermans-Kranenburg (2011) que dá por isso um importante contributo ao trabalho até agora

desenvolvido, através de uma visão geral sobre a distribuição da prevalência de abuso sexual de crianças pelo mundo. Para isso, foram reunidas 217 publicações sobre o abuso sexual de crianças publicadas desde 1982 até 2008, o que incluiu 331 amostras independentes, fazendo um total de 9.911.748 participantes. O estudo teve em conta uma distribuição pelas principais áreas geográficas do globo (Austrália/Nova Zelândia, América do Norte, América do Sul, Europa, África do Sul e Ásia), e foram considerados o nível de desenvolvimento económico do país, a etnia predominante da amostra, a idade e sexo dos participantes.

Os resultados desta meta-análise, parecem demonstrar que, combinando a prevalência de abuso sexual de crianças das 331 amostras independentes, 11,8% de crianças foram abusadas sexualmente, o que equivale a 118 entre cada 1000 crianças.

Quanto ao género, foi verificada uma diferença significativa, com uma maior prevalência de abuso sexual de crianças em participantes do género feminino (18%) do que em participantes do género masculino (7,6%), uma tendência que se repete em qualquer um dos continentes. Assim, os resultados deste meta-análise apontam que, para as raparigas, o intervalo de valores de prevalência de abuso sexual de crianças situa-se entre 164/1000 e 197/1000. Para os rapazes, o resultado é mais baixo, sendo o limite inferior de 66/1000 e o limite superior de 88/1000. Esta diferença, segundo os autores (Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011), poderá dever-se a uma real superioridade da prevalência de abuso sexual nas meninas ou pela relutância dos meninos em divulgar os abusos, por sentimentos de inferioridade e vergonha, devido ao papel que a sociedade tendencialmente atribui aos homens, ou ainda por medo de uma conotação homossexual quando os agressores são homens.

Em termos da distribuição geográfica, houve uma menor taxa de prevalência combinada na Ásia, para qualquer um dos géneros, tal como na América do Sul. Por outro lado, foi encontrada uma maior prevalência de raparigas abusadas sexualmente em crianças em países como a Austrália e Nova Zelândia. Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser e Bakermans-Kranenburg (2011) sugerem que as diferenças de prevalência entre os continentes, poderão refletir aspetos culturais e diferenças sociodemográficas dos países e não apenas a divulgação do abuso.

Analisando os diversos estudos apresentados ao longo desta revisão de literatura, tem sido possível observar que, em todos eles, existe uma discrepância significativa entre géneros. Um estudo de Wellman (1993) procurou compreender este fenómeno, estudando as atitudes face ao abuso em cada género e a sua prevalência, numa amostra de 824 participantes (657 mulheres e 167 homens).

Os resultados obtidos são extensos, mas serão principalmente referidos os que maior interesse têm para o trabalho aqui apresentado. Assim, é de referir que os dados apontam para que as mulheres tenham fortes crenças, atitudes e reações emocionais de medo, e repulsa relativamente a este tema, comparativamente aos homens, demonstrando inclusive, maiores níveis de conhecimento. Os dados sugerem que um maior número de mulheres concorda que muitos dos abusadores já foram anteriormente abusados em crianças, e que, em caso de reincidência, deveriam ter penas mais longas. Geralmente, um maior número de participantes do género feminino acredita também que os pais incestuosos deveriam sair de casa, o que indica um maior desejo de punição do agressor.

Os resultados deste estudo demonstram também que há uma maior percentagem de mulheres (13%) que viveram abuso sexual enquanto crianças, incluindo incesto e violência sexual, do que de homens (6%). Relativamente às crenças dos participantes que foram abusados sexualmente em crianças, e dos que não foram abusados sexualmente, observou-se uma diferença significativa entre géneros. Os participantes anteriormente abusados discordaram relativamente às penas de prisão mais longas, o que pode sugerir sentimentos de lealdade e empatia para com o agressor. Também estes participantes concordaram com a ideia de que as vítimas, posteriormente ao abuso, têm um comportamento mais sexualizado. A autora afirmou alguma cautela sobre estes dados, tendo em conta o impacto que estas informações poderão ter.

Este estudo foi fortemente orientado tendo em conta a dúvida lançada sobre o porquê da diferença de valores de incidência de abuso sexual infantil entre géneros. A resposta a esta questão encontra-se, de acordo com Wellman (1993) nas crenças e atitudes de cada um dos géneros. Esta diferença reenvia para um contexto de socialização que é imposto culturalmente pela sociedade de como homens e mulheres devem pensar, sentir e comporta-se.

Segundo Eagly (1990, cit. in Wellman, 1993) as mulheres demonstram comportamentos que indicam maior envolvimento social e a necessidade de cuidar dos outros, do que os homens. Do mesmo modo, uma linha de pensamento que ainda vê a mulher e a menina como alguém que deve ser dependente e carinhosa, fomenta-lhes uma maior fragilidade, que mais facilmente é identificada e manipulada pelos agressores sexuais.

Divergência de resultados nos estudos de Prevalência de Abuso Sexual de Crianças

As diversas investigações têm apontado valores heterogéneos no que toca à prevalência de abuso sexual de crianças, existindo um intervalo substancialmente alargado entre os valores. Essas variações podem dever-se a diversos aspetos, sendo uma delas a

inexistência de uma definição comum, como salientou Korbin (1990, cit. in Conte, 1994) e Moore, Romaniuk, Olsson, Jayasinghe, Carlin e Patton (2010). Korbin (1990, cit. in Conte, 1994) chama a atenção de como a própria cultura influencia a conceptualização do conceito de abuso sexual de crianças, uma vez que para algumas sociedades a conduta sexual com menores, sob algumas formas, não é considerado inadequado, como acontece em situações de eventos religiosos/cerimoniais ou rituais de iniciação à vida adulta. Por isso, e de acordo com o mesmo autor, é necessário ter sempre em consideração a importância de uma perspectiva *cross cultural* na interpretação dos resultados de prevalência.

Também alguns autores têm refletido sobre a geografia da prevalência como sendo um aspecto fundamental a ter em conta na compreensão dos valores de prevalência. Segundo Stoltenborgh, van I Jzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg (2001) as diferenças entre as crenças e valores culturais afeta a identificação de abuso sexual de crianças. Como exemplifica Back et al. (2003, cit. in Stoltenborgh, van I Jzendoorn, Euser e Bakermans-Kranenburg, 2001) as culturas coletivistas, como é o caso da asiática, tendem a dar maior importância às necessidades do grupo, em detrimento das necessidades individuais, o que consecutivamente leva a que sejam ignoradas situações de de abuso sexual de uma criança na família, de modo a proteger a honra e bom nome da mesma.

Por outro lado, também a metodologia usada pelos investigadores pode levar a diferenças importantes entre estudos, uma vez que alguns instrumentos estarão mais aptos para identificar situações de abuso do que outros, devido ao número de questões e especificidade comportamental que é pedida em cada questão (Leserman, 2005).

Painter (1986) foca igualmente outras variáveis importantes, nomeadamente o procedimento que os investigadores adotam para recolher os dados da amostra, uma vez que um método de recolha que garanta ao participante total sigilo também facilita a sua participação. A autora descreve alguns métodos usados por Russel (1984, cit. in Painter, 1986) em populações canadianas, em que os questionários são entregues em casa dos participantes, e que após o seu preenchimento, no ato de entrega, são devidamente selados à frente dos mesmos. Painter (1986) refere igualmente a necessidade de ter em conta que abuso sexual de crianças não tem de implicar o uso de violência física ou força.

Prevenção de Abuso Sexual de Crianças

Como foi possível verificar até aqui, o abuso sexual de crianças tem sido alvo de grande atenção por parte de investigadores por todo o mundo. Os estudos têm sido

desenvolvidos numa perspectiva clara de compreender a sua natureza, tipologia, fatores de risco, impacto, e naturalmente, a prevalência do abuso sexual de crianças, o que nos leva à fase seguinte de qualquer processo de intervenção: após o conhecimento do fenómeno, proceder à sua **prevenção**.

Em primeiro lugar, é necessário promover cada vez mais a discussão em sociedade deste fenómeno e consciencializar as populações sobre a história do abuso sexual de crianças, que estratégias adotar para proteger as crianças e, no caso das vítimas, como se poderão prevenir novos episódios de abuso mas também como apoiar a criança e família de modo a atenuar as vivências de sofrimento (Conte, 1994). O autor (op. cit.) chama bastante a atenção para a importância da atitude pública e da sociedade como fatores chave para a adoção de uma verdadeira política de prevenção dos abusos sexuais de crianças, que será eficaz na medida em que abranja medidas de proteção da criança, de punição e reabilitação do agressor, e de acompanhamento das vítimas, mobilizando para isso o sistema de saúde, de justiça e social num trabalho conjunto.

A prevenção do abuso sexual de crianças deverá por isso consistir numa intervenção, tanto quanto possível alargada aos diferentes contextos da criança, que reduza fatores de risco e potencie os fatores de proteção, de modo a diminuir a prevalência desta problemática (Maria, 2007; Wurtele, 2008). Nesta perspectiva, o campo de intervenção deverá ser suficiente para abranger o trabalho com a criança/jovem, com a família, com a escola e com a comunidade em geral, uma vez que sendo o abuso sexual de crianças um problema social de dimensões significativamente preocupantes, será o trabalho conjunto dos diferentes sistemas que compõem a vida da criança, a resposta mais eficaz e forte que poderá promover a mudança.

Em segundo lugar, é necessário adequar as estratégias de intervenção à população a que se destina, devido ao sistema de crenças e de comportamentos próprios da cultura em questão, que se não forem tidos em conta poderão constituir uma barreira à eficácia das mesmas (Fontes, Cruz & Tabachnik, 2001).

Existem diferentes formas de atuar no campo da prevenção de abuso sexual de crianças. De acordo com Finkelhor (2009) as tradicionais abordagens judiciais, apreciadas pelo público em geral, são estratégias que têm sido ao longo dos anos, frequentemente divulgadas, e foram durante muitos anos campo de investimento. Segundo o autor, poder-se-ia considerar esta uma estratégia “terciária”, por ser aplicada após a ocorrência do crime, contudo, muitos profissionais confiam numa possível vertente de “prevenção primária” que a sua aplicação detém, uma vez que, em teoria, o medo da represália inibiria alguns indivíduos de cometerem o abuso.

O autor (op. cit.) também refere uma série de estratégias utilizadas, no âmbito do sistema judicial, e que poderão facilmente ser, por isso mesmo, consideradas de prevenção terciária. Algumas dessas estratégias são o registo eletrónico dos ofensores, a notificação da comunidade, que permite que a população tenha o conhecimento da localização residencial dos abusadores, os registos públicos dos ofensores, as restrições residenciais, o tratamento do indivíduo no âmbito da saúde mental. De destacar ainda a reintegração e supervisão comunitária, que é praticada em alguns países, nomeadamente no Canadá, em que é feito um acompanhamento e supervisão pela comunidade de um agressor sexual identificado. Esta estratégia tem sido alvo de estudos, que aferem uma redução da taxa de crimes cometidos pelo indivíduo.

Finkelhor (2009) admite que o investimento em ações de intervenção, do ponto de vista do controlo da reincidência do agressor, já identificado, tem de facto um reconhecimento notório na diminuição de novos crimes praticados pelo mesmo. Contudo, o autor também realça que novos casos de abuso sexual de crianças cometidos por indivíduos com historial criminoso nessa tipologia de crimes, constitui apenas 10% da totalidade do número de agressores, o que significa que a prevenção que é feita, e que sendo eficaz, abrange uma baixa parcela dos infratores.

Apesar de não ter o impacto esperado, o investimento neste tipo de prevenção dá um contributo importante à causa, não só porque de facto diminui o risco de reincidência dos agressores já identificados, o que de facto contribui para a proteção de algumas crianças, mas também pelo seu carácter social e de alerta para o tema.

Para Finkelhor (2009) o segundo grande polo de intervenção no campo da prevenção de abuso sexual de crianças refere-se a estratégias educacionais dirigidas às crianças, família, professores, ou outros profissionais que trabalhem em áreas infantis, e que pode ser considerado de “prevenção primária”. Este tipo de intervenção, que ganha consistência com a aplicação de programas, nos mais diferentes contextos, sendo a escola, o local por excelência para a sua aplicação, deverá dotar as crianças de competências que lhes permitam defender-se de um possível ataque. Com os programas espera-se que os conhecimentos das crianças sobre vitimização sexual aumentem, nomeadamente que consigam reconhecer diferentes tipos de toque e contactos indesejáveis, com vista à mobilização de estratégias de auto-proteção que lhes garantam uma maior proteção no dia a dia. Espera-se ao mesmo tempo trabalhar com as crianças a sua capacidade de resiliência e ensiná-las a recusar convites ou abordagens, e como pedir ajuda (Fontes, Cruz, & Tabachnik, 2001; Maria, 2007; Finkelhor, 2009).

Estes programas, por outro lado, não só têm uma vertente significativamente

preventiva, como também traz ganhos secundários importantes, nomeadamente a redução de alguns efeitos negativos nas crianças, já vítimas de abuso sexual, principalmente os sentimentos de culpabilidade.

Por outro lado, há uma constante preocupação por parte dos investigadores em estudar a eficácia destes programas, que é corroborado em alguns estudos que, teoricamente, reafirmam que as crianças revelam de facto uma maior probabilidade de desenvolver comportamentos seguros (Finkelhor, 2009). A eficácia destes programas derivam de pressupostos teóricos básicos de prevenção, aplicados em outros contextos, e que garantem que a tarefa implica uma complexificação cognitiva, e uma preocupação com processos de julgamentos das intenções dos outros e do treino das crianças em resistir à pressão exercida pelo adulto.

No entanto, como já foi referido anteriormente, a prevenção do abuso sexual de crianças não deverá passar despercebido a quem com ela convive diariamente, começando pela família mais próxima, os pais/cuidadores. Vários investigadores comparam frequentemente o ensino da prevenção deste crime com o ensino de como atravessar a estrada, ou de como evitar os acidentes domésticos. A abordagem deverá ser encarada com a possibilidade de usar a mesma estratégia subjacente a um caso e outro. Para que isso seja possível, é necessário em primeiro lugar, informar os pais sobre o tema, ensiná-los a identificar possíveis agressores, prever situações e tipos de manipulação usados e adequar o seu modo de comunicação da informação às crianças, de modo a que as mesmas sejam compreensíveis (Wurtele e Kenny, 2010). De facto, vários estudos, nomeadamente de Kenny, Capri, Reena, Thakkar-Kolar, Ryan e Runyon (2008) têm indicado que, apesar dos números de prevalência e incidência de abuso sexual serem alarmantes, nem todos os pais abordam o tema com os seus filhos, e aqueles que o fazem, desenvolvem nas suas crianças a capacidade de reconhecimento de situações potencialmente perigosas. Segundo Wurtele, Moreno e Kenny (2008), o envolvimento dos pais permite-lhes serem mais eficazes na identificação de situações perigosas e potenciais agressores, e limitar o seu acesso às suas crianças, criando ambientes mais seguros.

É também importante ter em conta que a presença e a confiança dos pais na criança, poderá ser importante no aumento da sua capacidade de resiliência e capacidade de resposta, o que poderá diminuir sentimentos de vergonha ou medo.

Wurtele e Kenny (2010) também referiram um vasto grupo de profissionais que têm um papel ativo na vida da criança, tal como professores, auxiliares de educação, prestadores de cuidados médicos, entre outros, que através de formações na área, poderão sinalizar

rapidamente situações de abuso sexual ou de perigo de abuso, tal como ajudar na divulgação e sensibilização dos pais para a problemática. Os conhecimentos que estes profissionais adquirem das suas áreas de formação e a sensibilidade para este tema, poderá também proporcionar uma maior tranquilização dos pais, através do ensino sobre o desenvolvimento sexual normal e o comportamento sexual inadequado, que poderá ser sinalizado como o resultado de alguma interferência na vida da criança.

Por outro lado, o investimento da prevenção ao nível da comunidade e público em geral, é necessária para a sensibilização do tema, aumento de discussão pública e promoção de novas formas de intervir, que muitas vezes resultam na criação de organismos e de associações que defendem os interesses da criança, e que, novamente, apostem na formação dos pais na área, que por seu lado, dotam as crianças de fatores de proteção, contribuindo assim para um ciclo saudável de múltiplos movimentos de prevenção e defesa ao redor da criança.

OBJETO DE ESTUDO

A prevalência de abuso sexual de crianças tem sido estudada em diferentes países, e pretende dar um contributo importante para a compreensão social do fenómeno, e o seu alcance. Em Portugal, Figueiredo, Bifulco, Paiva, Maia, Fernandes e Matos (2004) efetuaram um estudo com uma amostra de 1000 pais, com o objetivo de estudar a prevalência de abuso físico e sexual em crianças, e de acordo com os seus resultados, a prevalência deste abuso é de 2.6%. Estes resultados têm despertado a curiosidade internacional, pelos valores extremamente baixos, comparativamente com a investigação realizada mundialmente (Pereda, Guilera, Forns & Benito, 2009).

Assim, é do interesse desta tese de dissertação, estudar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa, tendo em vista dar um novo contributo social para a consciencialização da sociedade, nomeadamente na classe política, médica, social e educacional, para o problema dos abusos sexuais de crianças e sua prevenção.

METODOLOGIA

Participantes

Para esta investigação obteve-se um total de 200 participantes de nacionalidade portuguesa, e com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Não houve qualquer seleção *à priori* dos indivíduos por género, e portanto a amostra total divide-se por 149 participantes do sexo feminino (74,5%) e por 51 participantes do sexo masculino (25,5%).

Relativamente às habilitações académicas reveladas pelos participantes, 80 (40%) dos participantes têm o ensino secundário concluído, 91 (45,5%) concluíram o ensino superior-licenciatura, 28 (14%) o ensino superior-mestrado, e apenas 1 (0,5%) indivíduo tem como habilitações literárias o ensino básico.

Relativamente aos procedimentos de amostragem, esta é uma amostra não probabilística, por conveniência e por efeito bola de neve, uma vez que os participantes deste estudo advieram de contactos e conhecimentos pessoais e profissionais do investigador (Hill & Hill, 2000).

Design

A presente investigação apresenta um tipo de estudo descritivo, uma vez que se pretende dar a conhecer determinadas características de um fenómeno ou acontecimento, sendo que neste caso, pretende-se estimar a taxa de prevalência de abuso sexual de crianças (Maroco & Bispo, 2005).

Para efeitos de obtenção de dados, procedeu-se à aplicação de um questionário, de auto-preenchimento, que será descrito adiante.

Procedimento

Para obtenção do número de participantes foi posto em ação uma estratégia bola de neve, ou seja vários participantes surgiram após contactos iniciais ou conhecidos. Complementarmente, foram contactadas instituições comunitárias, às quais foram apresentados os objetivos desta investigação e foi pedida a sua autorização, tendo garantido que os dados recolhidos seriam utilizados para fins académicos, havendo sempre uma consideração dos resultados pelo global e não individualmente. Após a autorização concedida,

foram distribuídos as cartas de consentimento informado aos participantes, tendo a equipa de investigação ficado com uma cópia dos mesmos. Após a recolha do instrumento utilizado nesta investigação, que neste caso são dois questionários, os dados foram analisados estatisticamente, com recurso ao programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0 para Windows.

Instrumento

Para obtenção dos dados a que se propõe este estudo, foi utilizado um questionário demográfico e um questionário construído por Altman (2005) na sua tese de dissertação, intitulado Childhood Sexual Experiences Questionnaire (CSEQ).

Para efeitos do presente estudo, foi realizada uma adaptação do questionário demográfico do autor, que é composto por uma série de questões demográficas, e através das quais seriam obtidas informações relativamente a: idade, sexo, habilitações literárias, naturalidade e estado civil.

Para avaliar a prevalência de abuso sexual de crianças, adaptou-se então o questionário intitulado “General Childhood Sexual Experiences” (Altman, 2005), que foi traduzido pela equipa de investigação, para a língua portuguesa, com recurso a um bilíngue inglês/português, e foi submetido à avaliação de dois peritos que avaliariam o trabalho de tradução e de adaptação à linguagem e ao contexto social português.

Este questionário apresenta uma escala tipo Likert de 16 itens, e pretende medir a frequência de experiências de abuso sexual e a sua severidade, através das respostas “Não tenho a certeza”, “Nunca”, “Raramente”, “Às vezes”, “Frequentemente” e “Muito Frequentemente”. As situações de abuso surgem ordenadas do menos grave para o mais grave, tendo em conta a ordenação e classificação empiricamente desenvolvida por Chaffin et al (1997, cit. in Altman, 2005), o que significa que “Convite para fazer ou falar algo de forma sexual” surge com uma pontuação 1 e a situação “Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual” obtém pontuação 16. A escolha das situações expostas nesta escala deriva dos incidentes sexuais identificados em vários inventários, nomeadamente no Inventário de Dimensões de Abuso (Chaffin, Wherry, Newlin, Crutchfield & Dykman, 1997, cit. in Altman, 2005) e de outros similares de Finkelhor (1978, cit. in Altman, 2005) e Mendel (1992, cit. in Altman, 2005). A instrução que surge para o preenchimento da escala é: *“Assinale com um X com que frequência as seguintes situações lhe aconteceram, antes dos 12 anos de idade”*. Para além da identificação de experiências sexuais, existem mais duas questões, relativas à relação entre a criança e a/s pessoa/s

envolvida/s, e à idade de fim da/s experiência/s vividas.

Foram ainda criadas duas perguntas a colocar no questionário, que pela sua relevância teórica, dariam um contributo importante em termos de informação recolhida. São elas: “*Que idade tinha no primeiro episódio?*”; “*Que idade tinha/tinham a/s outra/s pessoa/s envolvida/s?*”.

Após o processo de tradução, e antes de ser aplicado à amostra deste estudo, foi aplicado um pré-teste a 8 participantes, com uma faixa etária entre os 18 e os 30 anos de idade, sendo que 4 elementos são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, com a intenção de verificar possíveis melhorias, e compreender também o impacto causado, tal como a receptividade dos jovens adultos em preenchê-lo. Foi pedido aos participantes deste pré-teste que fizessem uma avaliação global do questionário, com recurso a uma série de critérios, que deveriam escolher para caracterizar o instrumento. Os critérios são os seguintes: *Útil; Formulado de forma clara; Interessante; Constrangedor; Entediante; Muito longo; Muito difícil*. Através de uma breve análise, foi possível verificar que o critério “formulado de forma clara” e “útil” foram os mais escolhidos para caracterizar o questionário, seguidos dos critérios “interessante” e “constrangedor”. Foi dada a hipótese aos participantes de darem sugestões relativas à construção sintática das frases, o que motivou algumas correções feitas ao questionário.

VALIDAÇÃO DA ESCALA

Na sequência deste trabalho de mestrado, decidiu-s proceder à validação da escala utilizada.

Altman (2005), autor da escala, realizou uma análise fatorial exploratória, através da análise das componentes principais, seguida de rotação Varimax e de normalização de Kaiser. Como se sabe, com a análise fatorial pretende-se obter um conjunto de variáveis latentes (ou fatores) que expliquem a estrutura correlacional de um conjunto de itens ou variáveis manifestas (Marôco, 2010). O que se observa no estudo de Altman (2005), é que foram obtidos 4 fatores, embora o quarto fator incluísse apenas o item 16 (“*Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual*”). Uma vez que um número significativamente baixo respondeu positivamente a este item, o autor retirou este fator para análises futuras. Sendo assim, e tendo em conta a interpretação qualitativa dos itens, em termos de constructo, o primeiro fator foi designado de *Orgãos Genitais*, e incluí os itens 3, 4,

7, 8, 10, 12 e 13; o segundo fator, intitulado *Resto do Corpo*, contém os itens 5, 6, 9 e 11; e finalmente o terceiro fator, denominado *Penetração e Tentativas*, é composto pelos itens 14 e 15. De referir ainda que estes três fatores, no estudo de Altman (2005) explicam 62,33% da variância total da escala.

Posto este enquadramento inicial sobre, e tendo como base o seguimento estatístico do autor, na presente dissertação foi realizada uma análise fatorial confirmatória, com recurso ao software AMOS (v 20.0 SPSS). Esta é uma análise que é usada para avaliar a qualidade de ajustamento de um modelo à estrutura correlacional observada entre os itens ou variáveis manifestas (Marôco, 2010). Tendo como base o número de fatores já estabelecido pelo estudo original, ou seja 3 fatores (*Orgãos Genitais*, *Resto do Corpo* e *Penetração e Tentativas*), obteve-se o modelo de AFC da MBS-SS (ver Anexo 5).

Recorrendo aos principais indicativos de análise (ver Anexo 6), observa-se que os índices de ajustamento indicam um mau ajustamento aos dados ($X^2/df=11,56$; $CFI=0,63$; $GFI=0,69$; $p=<0,001$). De relembrar que para um ajustamento sofrível, os valores de X^2/df deveriam não ultrapassar o valor 5, e para as medidas estatísticas CFI e GFI deverá ser igual ou superior a 0,8 para serem considerados sofríveis (Marôco, 2010). Tendo em conta este desfecho, foram analisados os índices de modificação (ver Anexo 7) para verificar se é possível alterar o ajustamento do modelo de forma a torna-se mais adequado. Verificou-se portanto que os maiores índices de modificação para a covariância ocorre entre os itens 12 (i12) e 13 (i13), que em correlação entre si obtêm um valor extremamente elevado, o que nos levou à experiência de eliminá-los para apurar o que sucederia (ver Anexo 8).

Deste modo, sem os itens 12 e 13, obteve-se um modelo em que $X^2/df= 7,58$; $GFI=0,81$; $CFI=0,78$; $p= <0,001$ (ver Anexo 9). Apesar das alterações do valor de GFI ter aumentado, os valores de CFI e de X^2/df ainda não estão dentro de intervalos estatisticamente adequados.

Procede-se portanto a nova análise dos índices de modificação (ver Anexo 10) e aquilo que se verifica é que o maior índice de modificação para a covariância a ser removido é o item 10(i10).

Como a Figura 1 indica, para este modelo, obtiveram-se valores mais adequados ($X^2/df=4,73$; $CFI=0,81$; $GFI=0,83$; $p=<0,001$), com um ajustamento sofrível da estrutura modificada da MBI-SS à amostra sob estudo (ver Anexo 11).

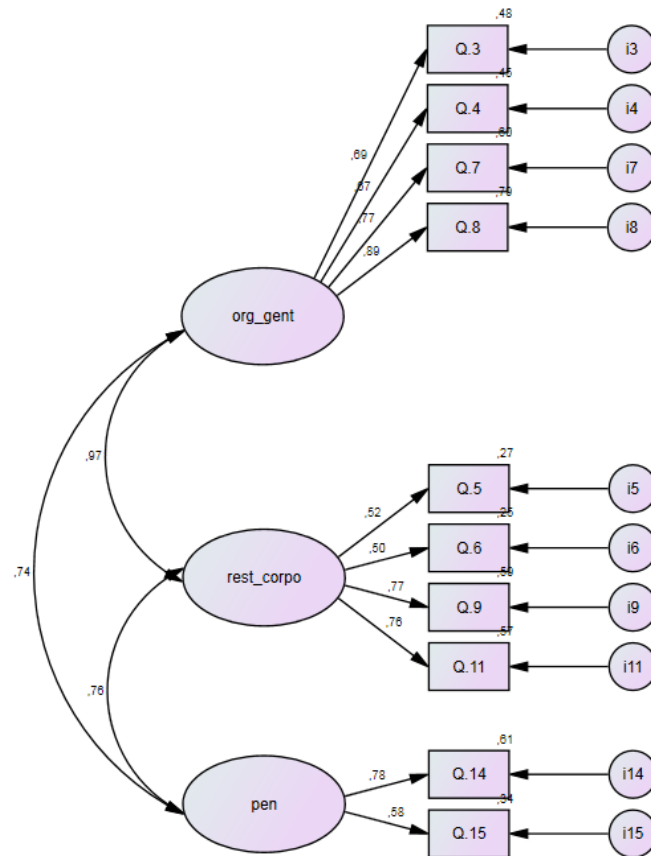


Figura 1: Modelo AFC da MBI-SS ajustado de acordo com os índices de modificação por covariância.

Apesar do modelo apresentado se ajustar aos itens da escala, verifica-se que este é um ajustamento sofrível. Estes resultados devem-nos levar a ponderar a necessidade de voltar a trabalhar a escala de modo a torná-la mais forte. Sugere-se que em primeiro lugar seja feita uma análise conceptual aos itens e tentar perceber de que modo os constructos que são levantados pelos vários itens se adequarão aos fatores em que estão inseridos. Esta é uma questão levantada e, ao mesmo tempo, constitui uma sugestão de trabalho, uma vez que analisando as várias componentes (ou fatores), observa-se que a primeira diz respeito aos itens que conceptualmente invocam atos relativos aos órgãos genitais. Mas observando igualmente os itens que compõem a componente 3 (Penetração e Tentativas), verifica-se que pelo menos a questão 14 torna-se ambígua quanto à sua melhor distribuição, uma vez que sendo esta questão relativa a: “Ser penetrado com os dedos ou um objeto”, poderá também inserir-se na componente 1. Estas e outras análises poderão ser importantes para um aperfeiçoamento da escala, de modo a torná-la estatisticamente mais forte.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 200 participantes que constituem a amostra deste estudo, 149 são mulheres (74,5%) e 51 são homens (25,5%). Setenta e cinco por cento dos participantes tinham idades compreendidas entre os 21 e os 26 anos, 93,5% eram heterossexuais, e 85,5% destes participantes eram solteiros. As habilitações literárias mais frequentes na amostra deste estudo são as de ensino secundário e licenciatura, com uma percentagem de 80%.

Relativamente aos dados obtidos pelo questionário *General Childhood Sexual Experiences*, aplicado nesta investigação, foi apurada uma prevalência de abuso sexual de crianças de 15,5%, ou seja 31 participantes deste estudo foram abusados sexualmente antes dos 12 anos de idade.

Houve uma maior percentagem de abuso sexual em participantes do sexo feminino, com 17,4%, do que do sexo masculino, com 9,8%.

Mundialmente, a prevalência foi estudada por vários investigadores, e na Tabela 2, abaixo indicado, apresentam-se as taxas obtidas pelos estudos que já foram citados na revisão teórica deste trabalho. É possível constatar que os valores obtidos pelo presente estudo (17,4%; 9,8%) são inferiores comparativamente aos estudos apresentados. A Austrália por exemplo, apresenta uma prevalência extremamente elevada, (45% no feminino e 19% masculino) tal como o estudo realizado por Huston, Parra, Prihoda e Fords, na Califórnia (86% no feminino e 14% no masculino).

Apesar de ser um valor inferior aos apurados pelos estudos apresentados, a prevalência por nós encontrada (por género) é aceitável, tendo em conta os vários estudos na área, que apontam intervalos de prevalência de 7% e 62% para as mulheres e de 4% a 31% para os homens (Goldman & Padayachi, 1997; Conte, 1994).

Por outro lado, os valores obtidos vão de encontro à prevalência encontrada na meta-análise de Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser e Bakermans-Kranenburg (2011), que indica valores de 18,0% de prevalência de abuso sexual em crianças do sexo feminino e de 7,6% para o sexo masculino, aproximando-se também dos resultados do estudo de Hebert, Tourigns, Cyr, McDuff e Joly (2009), com prevalência de 21,1% (feminino) e 9,7% (masculino).

Tabela 2 : Comparação dos valores de prevalência de abuso sexual de crianças.

Autor	País	Prevalência
Russel (1983)	EUA	38% (feminino)
Huston, Parra, Prihoda & Fords (1995)	EUA (Califórnia)	86% (feminino) 14% (masculino)
Finkelhor, Hotaling, Lewis & Smith (1990)	EUA	27% (feminino) 16% (masculino)
Goldman & Padayachi (1997)	Austrália	45% (feminino) 19% (masculino)
Fenslaw, Robinson, Crengl & Perese (2007)	Nova Zelândia	20,07 (feminino)
Hebert, Tourigns, Cyr, McDuff & Joly (2009)	Canadá	21,1% (feminino) 9,7% (masculino)
Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E. & Matos, R. (2004)	Portugal	2,6% (sem diferença género)
Presente Investigação (2012)	Portugal	15,5% (TOTAL) 17,4% (feminino) 9,8% (masculino)

É possível também verificar que de facto a taxa encontrada pelo presente estudo é estatisticamente diferente da encontrada pelo estudo de Figueiredo, Bifulco, Paiva, Maia, Fernandes e Matos (2004), também realizado numa amostra portuguesa (2,5; 15,5% respetivamente).

Estas diferenças de prevalência que se observam nos vários estudos aqui apresentados, poderão dever-se a diversos fatores, nomeadamente devido à utilização de diferentes

metodologias de investigação, que implicam o uso de instrumentos ou procedimentos que variam em cada investigação, tornando-se expectável que estes contribuam para resultados minimamente diferentes.

O caso português poderá ser explicado à luz desta ideia, uma vez que embora um dos objetivos fosse encontrar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa, o procedimento e o instrumento de avaliação são diferentes dos adoptados nesta investigação, ou até mesmo pelas outras. É portanto de esperar que as taxas de prevalência tenham um intervalo alargado de estudo para estudo, na medida em que poderão refletir diferenças metodológicas. Por outro lado, a não esquecer fatores culturais importantes, que se não forem tidos em conta, por exemplo na adaptação dos instrumentos, poderá diminuir a eficácia do mesmo em outros contextos de aplicação.

Por outro lado, tal como seria esperado, a prevalência de abuso sexual de crianças difere significativamente por género, sendo o feminino, com maior taxa deste abuso. Este resultado é consistente com o descrito pela literatura, ou seja na maioria dos estudos encontrados, a prevalência de abuso sexual em crianças do sexo feminino é significativamente superior do que no sexo masculino (Goldman & Padayachi, 1997; Russel, 1883; Huston, Parra, Prihoda & Fords, 1995; Finkelhor, Hotaling, Lewis & Smith, 1990; Fenslaw, Robinson, Crengl & Perese, 2007; Hebert, Tourigns, Cyr, McDuff & Joly, 2009).

Esta diferença entre género tem sido amplamente discutida, e pode-se pensar hipoteticamente até que ponto existe ou não uma diferença em termos de abuso sexual em rapazes, ou se estes ainda enfrentam sentimentos de vergonha e humilhação, que os leve a negar a vivência dessas situações (Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011). De qualquer modo, e analisando os resultados obtidos, a diferença por género poderá relacionada com o papel que a sociedade ainda atribui a homens e mulheres, o que se torna pertinente refletir sobre o efeito das crenças e atitudes dos indivíduos do género feminino e masculino (Wellman, 1993). Considera-se que a sociedade exerce uma forte influência no modo como homens e mulheres pensam, sentem e agem, moldando as suas personalidades com particularidades bastante distintas. Tal como refere Korbin (1990, cit. in Goldman & Padayachi, 1997), as crianças do sexo feminino ainda serão vistas pelos homens como mais vulneráveis, e como objetos passivos e impotentes, o que aumenta a sua predisposição para um ataque sexual.

Assim, a hipótese de que essa diferença de crenças e atitudes poderá, de algum modo, contribuir para a compreensão das diferenças de prevalência encontradas poderá ser de grande interesse para estudos futuros.

Situações de abuso sexual de crianças

Apurou-se neste estudo que o tipo de situações (ver Tabela 3) mais frequentemente identificadas foram aquelas que incluíam contacto físico, tais como “*Ser apalpado por cima da roupa*”, com uma percentagem de 71%; seguida de “*Beijar e abraçar de uma forma sexual*”, com 64,5% de respostas. Cerca de 60,5% dos indivíduos identificaram igualmente as situações de “*Convite ou pedido para fazer algo sexual ou falar sexualmente*” e “*Apalpar alguém por cima da roupa*”.

Relativamente ao tipo de abuso sexual ser com contacto ou não, os resultados vão de encontro aos obtidos em vários estudos, que indicam de facto uma maior prevalência dessa tipologia (Huston, Parra, Prihoda & Foulds, 1995; Goldman & Goldman, 1988; Goldman & Padayachi, 1994). Relativamente ao tipo de situação identificada, verificou-se a maior prevalência de situações mais específicas que também foram mencionadas por Goldman e Goldman (1988), tais como “*convites para fazer algo de carácter sexual*” e “*exibicionismo e carícias*”.

Tabela 3: Percentagem de respostas por questão.

Questões	% de ASC
Convite ou pedido para fazer algo sexual ou falar sexualmente	60,5
Beijar e abraçar de uma forma sexual	64,5
Outra pessoa mostrar-lhe os genitais dele(a)	48,4
Mostrar os seus genitais a alguém	32
Ser apalpado por cima da roupa	71
Apalpar alguém por cima da roupa	64,5
Alguém tocar nos seus órgãos genitais	51,6
Tocar nos órgãos genitais de alguém	32,3
Simular uma relação sexual por cima da roupa	38,7
Masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém	25,8
Simular uma relação sexual por baixo da roupa (por exemplo, sem penetração)	22,6
Contacto oral de outra pessoa com os seus genitais	12,9
Contacto oral com os órgãos genitais de outra pessoa	16,1
Ser penetrado com os dedos ou com um objeto	16,2
Alguém tentar envolvê-lo em sexo anal (incluindo tentativas sem sucesso)	16,2
Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual	3,2

Relação com agressor

Os resultados apontam que 54,9% dos indivíduos sofreram abuso sexual em crianças por parte de agressores não familiares, tendo a percentagem sido mais elevada para a categoria Amigo/a, com 25,8% (ver Tabela 4).

Os agressores familiares, foram identificados por 45,3% dos participantes, sendo que o Primo/a foi o que obteve resultados mais elevados (19,4%).

Estes dados vão de encontro com o estudo de Russel (1983) que descreve uma maior taxa de prevalência de abuso sexual cujos agressores são não familiares. Importa contudo, salientar que, dentro dos agressores familiares encontrados na presente investigação, a prevalência é superior para a categoria Primo/a, o que não acontece no grupo de agressores familiares do estudo de Russel (1983) que aponta uma maior percentagem de abusadores dentro da família nuclear.

Apesar destas conclusões, analisando estes dados por outra perspetiva, os resultados são bastante claros: apenas 9,7% dos abusadores seriam estranhos à crianças. Isto é um dado que também se verificou em diversos estudos, que apontam valores mais baixos para abuso sexual de crianças perpetrado por agressores estranhos (Goldman & Goldman, 1988; Goldman & Padayachi, 1997; Huston, Parra, Prihoda & Fords, 1995; Hébert, Tourigny, Cyr, McDuff & Joly, 2009).

Tabela 4: Relação com o agressor.

Familiar		Não Familiar	
Envolvido	%	Envolvido	%
Pai	3,2	Estranho	9,7
Tio	6,5	Pessoa conhecida, mas não amiga	9,7
Avô	6,5	Amigo/a	25,8
Irmão	9,7	Vizinho	6,5
Primo/a	19,4	Colega de escola	3,2
Total	45,3	Total	54,9

Idade de Início de Abuso

O presente estudo obteve dados que demonstram que a idade média mais frequente de início do abuso sexual foi 8,4 anos. Este resultado é próximo ao encontrado no estudo de Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990), em que a idade média de abuso rondará os 9-10 anos ou ainda de Goldman e Padayachi (1999). As razões que poderão explicar a maior prevalência de abuso sexual nesta faixa etária poderá dever-se ao facto de esta idade ser muito susceptível das crianças agirem com maior conformidade e obediência à autoridade dos adultos. Por outro lado, nesta fase a falta de conhecimento sobre comportamentos de proteção é menor, o que implicará uma maior vulnerabilidade da criança (Goldman & Padayachi, 1999).

Idade de Fim do Abuso

A idade média de fim do abuso mais frequente neste estudo foi de 10,6 anos, ou seja a as vítimas de abuso sexual em média, viveram o último episódio de abuso por volta dos 10-11 anos de idade. De referir ainda que relativamente a este tópico, dois participantes não responderam à questão e que uma delas, referiu a idade de 23 anos. A questão que avaliava a idade de fim do abuso tinha como instrução a indicação dessa idade e foi referido em nota que caso o abuso ainda continuasse colocasse a sua idade actual. Poderá este caso ser portanto reflexo de uma situação de abuso sexual que ainda permanece.

Comparando os resultados obtidos relativamente à idade de início e de fim de abuso sexual, é possível constatar que, em média, houve uma tendência entre os participantes deste estudo vítimas desta prática de terem sofrido o primeiro episódio principalmente entre os 8 anos, e uma tendência em que o último episódio fosse por volta dos 10-11 anos. Apesar de se poder supor uma duração de abuso de cerca de 2 anos, a informação não é suficiente para esta suposição, uma vez que não há uma garantia que a maior parte das crianças que viveram a primeira situação de abuso aos 8, foram as que passaram pela última situação de abuso aos 10-11 anos.

Idade do agressor

Os resultados deste estudo também apontam que a idade média mais frequente do agressor é de 29,5 anos. Este dado aponta para que, em média, os agressores tenham mais do

que 10 anos do que as crianças abusadas, o que vai de encontro ao apurado pelo estudo de Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990).

CONCLUSÃO

O abuso sexual de crianças é um tema, como já anteriormente referido, com preciosa pertinência científica e social. Como objetivo desta monografia de dissertação, procurou-se identificar a taxa de prevalência de abuso sexual de crianças em participantes portugueses, de modo a estudar o seu modo de expressão na realidade portuguesa, e até mesmo sensibilizar a comunidade para a sua presença.

A prevalência de abuso sexual encontrada neste estudo é clara: 15,5% de crianças portuguesas foram abusadas sexualmente antes dos 12 anos. Embora este valor não possa ser considerado representativo da população portuguesa, o que constitui uma limitação deste trabalho, abre caminhos para futuras investigações na área em Portugal. Por outro lado, apesar desta taxa de prevalência não ser tão elevada como as encontradas na Austrália, EUA, Canadá, entre outros, representa um número de casos de abuso sexual extremamente preocupante, e que deve ser considerado alertante para a população e sociedade portuguesas. Não só é preocupante o valor em si, como o facto dos abusos identificados neste estudo terem sido perpetuados, na sua maioria, por pessoas conhecidas das crianças. Espera-se por isso que este estudo dê o seu contributo para a consciencialização e para a mobilização da sociedade, que compreenda a importância em apostar em futuros estudos e na implementação de programas de prevenção junto dos pais, professores, médicos e juristas.

É por isso urgente que o tema dos abusos sexuais seja abordado na óptica da prevenção, de modo a diminuir a vulnerabilidade das crianças e a torná-las o centro de uma rede de contactos e de ações que, interagindo entre si, a protejam destes agressores. Os programas de prevenção junto dos diferentes sistemas sociais da crianças, permitirá ao mesmo tempo que se discutam, cada vez mais, novas estratégias de proteção.

Em termos de investigações futuras, seria interessante e importante realizar um estudo representativo da população portuguesa, com um instrumento validado, e que tivesse como objetivo não só o estudo da prevalência como também o apuramento de fatores epidemiológicos, ou seja, os números de prevalência são extremamente importantes, mas

conhecer a magnitude do fenómeno também implica estudar aprofundadamente como ele ocorre, quando, quem são as vítimas e os agressores. São este tipo de estudos, que poderão dar uma série de informações fundamentais para a adoção de estratégias correctas, adequadas e eficazes para a população a elas submetidas. Outros estudos que teriam relevo na área e que têm sido realizados em vários países, são estudos que correlacionam variáveis como o abuso sexual de crianças e o início de actividade sexual, nomeadamente a idade em que iniciou, se foi forçada ou violenta, entre outras variáveis (Fanslow, Robinson, Crengle & Perese, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, D. R. (2005). *The effects of childhood sexual abuse on adult male attachments in close relationships* (Dissertação para o grau de Doutor em Filosofia). Texas: Instituto de Pós Graduação de Texas A & M University.

Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of Child Sexual Abuse: A Review of the Research. *Psychological Bulletin*, 99 (1), 66-77.

Conte, J. R. (1984). Progress in treating the sexual abuse of children. *National Association of Social Workers*. P 258-263.

Conte, J. R. (1994). Child sexual abuse: awareness and backlash. *The Future of Children, Sexual abuse of children*, 4 (2),

Elliot, M. (2004). *Female sexual abuse of children: 'the ultimate taboo'*. 1-7

Fanslow, J. L., Robinson, E. M., Crengle, S., & Perese, L. (2007). Prevalence of child sexual abuse reported by a cross-sectional sample of New Zealand women. *Child Abuse & Neglect*, 31, 935-945.

Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women: prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 14, 19-28.

- Finkelhor, D. (2009). The Prevention of Childhood Sexual Abuse. *The Future of Children*, 19 (2), 169-194.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28, 669-682.
- Fontes, L. A., Cruz, M., & Tabachnik, J. (2001). Views of child sexual abuse in two cultural communities: an exploratory study among African Americans and latinos. *Child Maltreatment*, 6 (2), 103-107.
- Fontes, L. A. (2007). Sin Vergüenza: Addressing shame with latino victims of child sexual abuse and their families. *Journal of Child Sexual Abuse*, 16 (1), 61- 83.
- Goldman, R. J., & Goldman, J. D. G. (1988). The prevalence and nature of child sexual abuse in Australia. *Australian Journal of Sex, Marriage and Family*, 9, 94-106.
- Goldman, J. D. G., & Padayachi, U. K. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse & Neglect*, 5 (21), 489-498.
- Hébert, M., Tourigny, M., Cyr, M., McDuff, P., & Joly, J. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse and timing of disclosure in a representative sample of adults from Quebec. *The Canadian Journal of Psychiatric*, 54 (9), 631-636.
- Hill, A., & Hill, N. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílado.
- Huston, R. L., Parra, J. M., Prihoda, T. J., & Foulds, D. M. (1995). Characteristics of childhood sexual abuse in a predominantly Mexican-american population. *Child Abuse & Neglect*, 19 (2), 165-176.
- Kenny, M. C., Capri, V., Reena, R., Thakkar-Kolar, Ryan, E. E., & Runyon, M. K. (2008). Child sexual abuse: from prevention to self-protection. *Child Abuse Review*, 17, 36-54.
- Laaksonen, T., Sariola, H., Johansson, A., Jern, P., Varjonen, M., Pahlen, B., Sandnabba, N., & Santtila, P. (2011). Changes in the prevalence of child sexual abuse, its risk factors, and their

- associations as a function of age cohort in a Finnish population sample. *Child Abuse & Neglect*, 35, 480–490.
- Leserman, J. (2005). Sexual abuse history: prevalence, health effects, mediators and psychological treatment. *Psychosomatic Medicina*, 67.
- Madak, P. R., & Berg, D. H. (1992). The prevention of sexual abuse: an evaluation of “Talking about Touching”. *Canadian Journal of Counselling*, 26, 1-29.
- Maria, S. G. (2007). A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças. *Análise Psicológica*, 1(25), 13-24.
- Marôco, J., & Bispo, R. (2005). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. Lisboa: Climepsi Edições.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais – fundamentos teóricos, software & aplicação*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Oaksford, K. L. & Frude, F. (2001). The prevalence and nature of child sexual abuse: evidence from a female university sample in the UK. *Child Abuse Review*, 10, 49–59.
- Painter, S. L. (1986). Research on the prevalence of child sexual abuse: New directions. *Canadian Journal Behavior*, 18 (4).
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M. & e Gómez-Benito, J. (2008). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta analysis. *Clinical Psychology Review*, 29, 328-338.
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M. & Benito, J. G. (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: a continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse & Neglect*, 33, 331-342.
- Prevention Programs Addressing Child Sexual Abuse. *School-based violence prevention programs – a resource manual*. Consultado a 6 de Abril de 2012 através de <http://www.ucalgary.ca/resolve/violenceprevention/English/reviewprog/childsprog.htm#prog13>
- Russel, D. E. H. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child Abuse & Neglect*, 7, 133-146.

Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M. & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment, 16* (2), 79-101.

Talking about Touching – a personal safety curriculum. Committee for children. Consultado a 8 de Abril de 2012 através de <http://www.cfchildren.org/programs/tat/overview/>

Welman, M. (1993). Child sexual abuse and gender differences: attitudes and prevalence. *Child Abuse & Neglect, 17*, 539-547.

Wurtele, S. K. & Kenny, M. C. (2010). Partnering with parents to prevent childhood sexual abuse. *Child Abuse Review, 19*, 130-152.

Wurtele, S. K., Moreno, T. & Kenny, M. (2008). Evaluation of a sexual abuse prevention workshop for parents of young children. *Journal of Child & Adolescent Trauma, 1*, 331-340.

ANEXOS

Anexo 1: Carta de Consentimento Informado.

Consentimento de participação

ID-IND

--	--	--	--	--

Data / /

No âmbito do Seminário de Dissertação do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, coordenado pelo Prof. Doutor José Ornelas, gostaria de convidá-lo/a para participar no estudo A Prevalência do Abuso Sexual de Crianças em Portugal. Pode desistir de responder ao questionário a qualquer momento e caso o faça os dados que já nos tiver fornecido não serão usados nesta investigação. Todas as informações que nos prestar são confidenciais, não havendo divulgação de nomes ou dados individuais, mas apenas dados e conclusões gerais.

Se concordar em participar, agradecemos que assine este formulário de consentimento, o qual será arquivado em separado dos questionários, nos quais constará apenas um código e não o seu nome. Deverá guardar uma cópia deste documento para si.

Li a informação fornecida e aceito participar neste estudo. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura.

Assinatura do(a) participante _____

Assinatura do(a) investigador(a) _____

Anexo 2: Questionário Demográfico.

Questionário Demográfico

1. Idade__
2. Género (*Assinale com um X*)
F__ M__
3. Orientação Sexual
 - a) Heterossexual __
 - b) Homossexual __
 - c) Bissexual __
4. Estado Civil (*Assinale com um X*)
 - a) Casado __
 - b) União de facto __
 - c) Divorciado __
 - d) Separado __
 - e) Viúvo __
 - f) Solteiro __
5. Qual a sua nacionalidade? _____
6. Qual a naturalidade? _____
7. Quais as suas habilitações académicas? _____

Anexo 3: Questionário de Experiências Sexuais Infantis – Tradução Childhood Sexual Experiences Questionnaire, Altman (2005).

Questionário de Experiências Sexuais Infantis

Como é do conhecimento geral, muitas pessoas tiveram práticas sexuais abusivas enquanto crianças. Algumas destas experiências aconteceram com amigos, colegas ou com familiares.

Com o termo abuso sexual, entende-se qualquer situação que possa ter sido sentida por si como tendo um carácter abusivo, invasivo e não desejado.

Se sentir que o preenchimento deste questionário está a ser demasiado doloroso para si, pedimos-lhe que pare imediatamente e escreva “Demasiado desconfortável” na pergunta onde parou.

Assinale com um X com que frequência as seguintes situações lhe aconteceram, antes dos 12 anos.

	Não tenho a certeza	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
1- Convite para fazer ou falar algo de forma sexual						
2- Beijar e abraçar de uma forma sexual						
3- Alguém lhe mostrou os genitais						
4- Mostrar os seus genitais a alguém						
5- Ser apalpado por cima da roupa						
6- Apalpar alguém por cima da roupa						
7- Alguém tocar nos seus órgãos genitais						
8- Tocar nos órgãos genitais de alguém						
9- Experienciar relação sexual simulada por cima da roupa						
10- Masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém						
11- Experienciar uma relação sexual simulada por baixo da roupa (por exemplo, sem penetração)						
12- Alguém ter contacto oral com						

os seus órgãos genitais						
13-Ter contacto oral com os órgãos genitais de alguém						
14-Ser penetrado com os dedos ou com um objeto						
15-Ser envolvido ou tentativa de envolve-lo em relações sexuais anais						
16-Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual						

Quem era/eram para si a(s) pessoa(s) que protagonizaram as situações acima identificadas? Assinale com um X todas as envolvidas.

Estranho __

Pessoa conhecida, mas não amiga __

Amigo/a__

Sobrinho/a __

Primo/a __

Irmão __

Irmã __

Pai __

Mãe __

Tio __

Tia __

Avô __

Avó __

Padrasto __

Madrasta __

Meio-irmão __

Meia-irmã __

Professor/a __

Treinador/a __

Conselheiro/a __

Babysitter __

Outro _____

Que idade tinha no primeiro episódio? _____

Que idade tinha quando as experiências acima pararam? _____

(No caso de ainda ocorrerem coloque a sua idade actual)

Que idade tinha/tinham a/s outra/s pessoa/s envolvida/s? _____

Obrigado pela sua participação!

Anexo 4: Tabelas de resultados pré-teste.

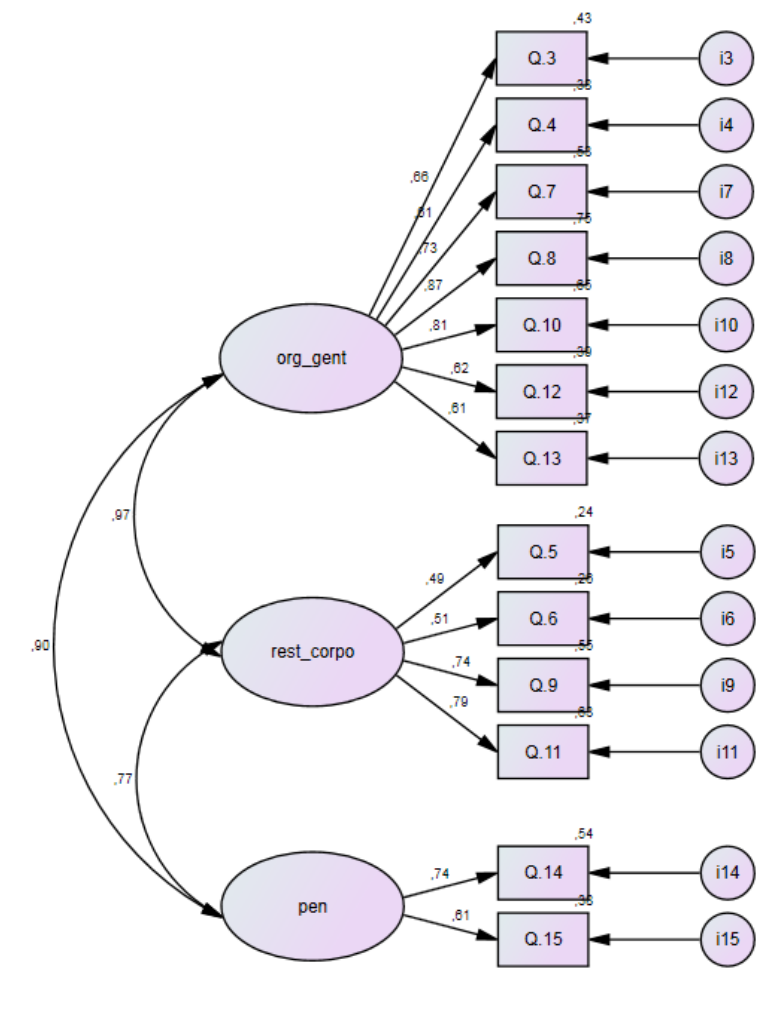
4a) Tabela relativa à idade e género dos participantes.

Participantes	Idade	Género
1	21	F
2	23	M
3	22	M
4	23	F
5	23	F
6	22	F
7	22	M
8	23	M

4b) Tabela relativa aos critérios escolhidos pelos participantes.

Crítérios	N
Útil	1
Formulado de forma clara	2
Interessante	3
Constrangedor	2
Entediante	0
Muito longo	0
Muito difícil	0

Anexo 5: Modelo AFC da MBI-SS da escala General Childhood Sexual Experiences.



Anexo 6: Tabelas dos principais índices do Modelo inicial.

6a) Índices *NPAR*, *CMIN*, *DF*, *P* e *CMIN/DF* do Modelo original.

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	29	716,751	62	,000	11,561
Saturated model	91	,000	0		
Independence model	13	1852,337	78	,000	23,748

6b) Índices *RMR*, *GFI*, *AGFI* e *PGFI* do Modelo original.

Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,037	,689	,543	,469
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,147	,282	,162	,242

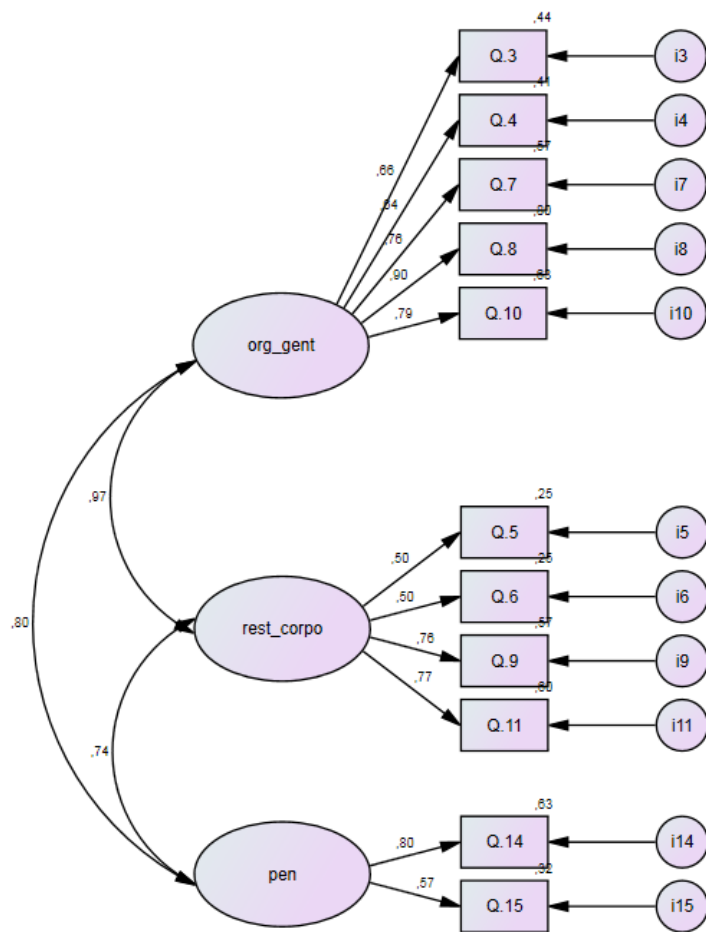
6c) Índices *NFI*, *RFI*, *IFI*, *TLI* e *CFI* do Modelo original.

Model	NFI Delta1	RFI rho1	IFI Delta2	TLI rho2	CFI
Default model	,613	,513	,634	,536	,631
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000

Anexo 7: Tabela de índices de modificação por covariâncias do modelo original.

			M.I.	Par Change
q12	<-->	q13	172,082	,066
q10	<-->	pt	18,676	,027
q8	<-->	q12	15,153	-,024
q4	<-->	og	21,660	,042
q4	<-->	pt	22,225	-,050
q4	<-->	q7	33,101	,108
q3	<-->	q4	12,878	,072
q6	<-->	q8	20,283	,077
q5	<-->	q11	22,014	-,085
q5	<-->	q6	30,401	,237
q15	<-->	q13	41,760	,031
q15	<-->	q12	45,903	,031
q15	<-->	q8	18,717	-,025
q14	<-->	q10	27,922	,037
q14	<-->	q4	19,986	-,054

Anexo 8: AFC da MBI-SS depois da eliminação dos itens 12 e 13.



Anexo 9: Tabelas dos principais índices do Modelo ajustado (sem os itens 12 e 13).

9a) Índices *NPAR*, *CMIN*, *DF*, *P* e *CMIN/DF* do Modelo ajustado.

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	25	310,697	41	,000	7,578
Saturated model	66	,000	0		
Independence model	11	1297,907	55	,000	23,598

9b) Índices *RMR*, *GFI*, *AGFI* e *PGFI* do Modelo ajustado.

Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,040	,806	,688	,501
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,166	,315	,177	,262

9c) Índices *NFI*, *RFI*, *IFI*, *TLI* e *CFI* do Modelo ajustado.

Model	NFI Delta1	RFI rho1	IFI Delta2	TLI rho2	CFI
Default model	,761	,679	,785	,709	,783
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000

Anexo 10: Tabela de índices de modificação por covariâncias do modelo ajustado (sem os itens 12 e 13).

			M.I.	Par Change
q10	<-->	pt	35,587	,042
q4	<-->	og	21,054	,044
q4	<-->	pt	16,679	-,047
q4	<-->	q7	27,051	,092
q6	<-->	q8	22,344	,077
q5	<-->	q11	20,772	-,084
q5	<-->	q6	29,512	,232
q15	<-->	q11	13,623	,021
q14	<-->	q10	30,075	,040
q14	<-->	q4	19,910	-,053
q14	<-->	q11	12,992	-,026

Anexo 11: Tabelas dos principais índices do Modelo ajustado (sem os itens 10, 12 e 13).

11a) Índices *NPAR*, *CMIN*, *DF*, *P* e *CMIN/DF* do Modelo ajustado.

Model	NPAR	CMIN	DF	P	CMIN/DF
Default model	17	99,31	21	,000	4,73
Saturated model	36	,000	0		
Independence model	8	846,41	28	,000	30,18

11b) Índices *RMR*, *GFI*, *AGFI* e *PGFI* do Modelo ajustado.

Model	RMR	GFI	AGFI	PGFI
Default model	,042	,832	,711	,484
Saturated model	,000	1,000		
Independence model	,170	,353	,210	,289

11c) Índices *NFI*, *RFI*, *IFI*, *TLI* e *CFI* do Modelo ajustado.

Model	NFI Delta1	RFI rho1	IFI Delta2	TLI rho2	CFI
Default model	,769	,675	,793	,705	,790
Saturated model	1,000		1,000		1,000
Independence model	,000	,000	,000	,000	,000